

TRF 3 E JF
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EM 03/05/2016

ORÇAMENTO SEM DESPESAS DE PESSOAL¹

Este Estudo tem o objetivo de analisar a execução orçamentária na data acima, dos valores aprovados na Lei Orçamentária de 2016, mais os créditos e os cancelamentos que ocorreram no período. Ou seja, da dotação Autorizada de gastos para o ano.

Nos valores aqui descritos, já estão computados os cortes que houve quando da tramitação do PLOA 2016, tanto na JF² quanto no TRF 3, conforme Estudos anteriores³.

Porém não estão considerados, valores bloqueados ou contingenciados. No entanto, até 03 de maio, não havia informações de que tenham ocorrido tais problemas no orçamento do Poder Judiciário Federal – PJF. Houve sim, em valores expressivos nos Órgãos do Poder Executivo.

Em 03 de maio de 2016, do orçamento deste ano⁴, apesar dos orçamentos da JF e do TRF 3, terem tido cortes quando da tramitação do

¹ Anexo ao presente texto existe um conjunto de tabelas e gráficos, onde podem ser verificados mais detalhadamente os dados informados, a metodologia dos cálculos, as fontes, bem como outras observações importantes.

² Neste texto quando há referência a JF, está sendo considerado todo o Órgão JF, que agrega a Justiça Federal de 1º. Grau os 5 TRF's.

³ A análise dos orçamentos de 2015 e 2016 da JF está disponível no link:

http://www.sintrajud.org.br/conteudo/detalhe_estudo.php?cod=115

E, do TRF 3:

http://www.sintrajud.org.br/conteudo/detalhe_estudo.php?cod=112

⁴ O Orçamento pode ser analisado de diversas formas. Utilizou-se neste Estudo por Projeto/Atividade, para o TRT 2, e por GND no Órgão JT. Para os Benefícios sociais, para os dois foi analisado por Projeto/Atividade. Para facilitar o entendimento, pode-se genericamente empregar também o termo rubrica, para as partes do orçamento que estão sendo detalhadas.

PLOA 2016, a execução orçamentária, vem apresentando alguns saldos em relação ao período.

As informações orçamentárias a seguir, foram extraídas da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Prodasen – Senado, a partir do SIAFI/STN – Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

As comparações foram realizadas considerando a projeção dos gastos que deveriam ser efetuados até a data – 03 de maio, ou seja, de 124 dias transcorridos do ano, que corresponde a **33,97%**, denominado neste texto de **percentual “ideal”**.

Embora nas tabelas anexas existam informações também relativas aos gastos de pessoal e encargos sociais – Pagamento de Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas e da Contribuição da União à Previdência dos Servidores, estes, por sua alta complexidade, serão analisados separadamente, em outro Estudo a ser elaborado.

TRF 3ª REGIÃO

No Projeto/Atividade denominado *Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade*, estão autorizados gastos para todo ano de R\$ 218,2 mil.

Até 03/05/2016, foi liquidado R\$ 55,0 mil, ou seja, 25,21%. Como até a data deveria ter sido liquidados 33,97%, havia um saldo de 8,76% do orçamento, equivalente a R\$ 19,1 mil.

No Projeto/Atividade denominado *Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal – Pje*, o montante autorizado é de R\$ 3,2 milhões. Mas não havia sido liquidado nenhum valor.

Portanto há saldo relativo ao período de R\$ 1,1 milhões.

Para a *Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3 da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "F"*, está autorizada uma despesa de R\$ 104 mil, e foi liquidado R\$ 21 mil, ou 20,15%.

Assim há um saldo de 13,82% equivalentes a R\$ 14 mil.

Em 2016, no orçamento de vários Tribunais, foi inserido um novo Projeto/Atividade, *Reserva de Contingência Financeira*.

Está autorizado um gasto, para esse fim, de R\$ 13,1 milhões, e não houve nenhum valor liquidado.

Assim o saldo é de 33,97% ou R\$ 4,5 milhões.

Para a *Assistência Médica e Odontológica*, havia sido liquidado até 03 de maio, o montante de R\$ 3,0 milhões, e para o ano está autorizado um gasto de R\$ 11,8 milhões.

Assim, foram liquidados 25,62% do total do orçamento. Como o percentual ideal para a data era de 33,97%, havia, dessa forma, um saldo, de 8,35%.

Esse percentual corresponde a R\$ 992 mil, para a *Assistência Médica e Odontológica*.

A *Assistência Pré-Escolar*, sempre com dados até 03 de maio, apresenta um saldo, pequeno, de 1,63%, correspondente a R\$ 29 mil.

O *Auxílio Transporte* está com déficit, mínimo de 0,66%, ou de R\$ 7 mil.

Já o *Auxílio Alimentação*, tem um saldo, muito pequeno, de 0,60% ou R\$ 105 mil.

Também em 2016 foi inserido um novo Projeto/Atividade nos Tribunais Federais, o *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos, ou Auxílio Moradia*.

Praticamente todo o montante autorizado de R\$ 2,0 milhões, foi remanejado do Projeto/Atividade *Julgamento de Causas na JF*, que é onde estão alocados os gastos com as despesas administrativas do Tribunal.

Desse total, foram liquidados R\$ 701 mil, ou, 34,36%, apresentando um déficit muito pequeno de 0,38% ou de R\$ 7,8 mil.

Proj/Atividade (SEM Despesas de Pessoal)	Autorizado	Liquidado	% Liquidado	% Ideal	Diferença %	Diferença R\$
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	218.284	55.034	25,21%	33,97%	8,76%	19.123
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	3.280.822	-	0,00%	33,97%	33,97%	1.114.581
Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3 da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "F"	104.427	21.046	20,15%	33,97%	13,82%	14.431
Reserva de Contingência - Financeira	13.100.000	-	0,00%	33,97%	33,97%	4.450.411
Assistência Médica e Odontológica	11.883.480	3.044.678	25,62%	33,97%	8,35%	992.449
Assistência Pré-Escolar	1.812.576	586.224	32,34%	33,97%	1,63%	29.555
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.111.000	384.739	34,63%	33,97%	-0,66%	- 7.303
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	17.565.216	5.861.455	33,37%	33,97%	0,60%	105.906
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2.043.000	701.896	34,36%	33,97%	-0,38%	- 7.836
Comunicação e Divulgação Institucional	434.350	-	0,00%	33,97%	33,97%	147.560
Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP	3.360.000	-	0,00%	33,97%	33,97%	1.141.479
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	15.000	528	3,52%	33,97%	30,45%	4.568
Julgamento de Causas na Justiça Federal	49.244.474	14.245.812	28,93%	33,97%	5,04%	2.483.818
TOTAL	104.172.629	24.901.412	23,90%	33,97%	10,07%	10.488.741

Para as despesas com a *Comunicação e Divulgação Institucional* não foi liquidado nenhum montante, de uma dotação autorizada de R\$ 434 mil, apresentando um saldo, alto, de 33,97%, ou de R\$ 147 mil.

Para a *Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP*, há um dotação para todo o ano de R\$ 3,3 milhões, não tendo sido liquidado nenhum valor. Com saldo equivalente ao período de R\$ 1,1 milhões.

A *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes* apresenta saldo de 30,45% ou R\$ 4,5 mil.

Para o *Julgamento de Causas na Justiça Federal*, que engloba boa parte das despesas administrativas do Tribunal, está com saldo de 5,04% que corresponde a R\$ 2,4 milhões.

Apesar de ter sido remanejado da dotação inicial, aprovada na LOA, R\$ 1,9 milhões, para o *Auxílio Moradia* que é pago aos magistrados.

No total do orçamento analisado, relativo a TODO ORÇAMENTO, menos as despesas de pessoal e encargos, de um valor autorizado de R\$ 104,1 milhões, foi liquidado R\$ 24,9 milhões, ou 23,90%.

Como o percentual “ideal” é de 33,97%, há um saldo, significativo de 10,07%, no conjunto, equivalente a R\$ 10,4 milhões.

Especificamente para o conjunto dos Benefícios Sociais, no TRF 3, está Autorizado um gasto de R\$ 32,5 milhões, e foi liquidado R\$ 9,9 milhões, ou 30,48%.

Existe, portanto, um saldo, de 3,50% equivalentes a R\$ 1,1 milhões.

<i>Aux. Fun. e Nat., Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
BENEFÍCIOS SOCIAIS	32.590.556	9.932.130	30,48%	33,97%	3,50%	1.139.730

JUSTIÇA FEDERAL

Em virtude do grande número de Projetos/Atividade existentes no Órgão orçamentário Justiça Federal – JF, as despesas foram agrupadas por GND – Grupo de Natureza de Despesas.

O GND denominado de *Outras Despesas Correntes*, que englobam basicamente as despesas administrativas e os benefícios sociais, tem dotação autorizada de R\$ 1,812 bilhões.

Tendo sido liquidados, R\$ 508,3 milhões, ou 28,05%. Desta forma há um saldo de 5,92% que corresponde a R\$ 107,3 milhões.

Os *Investimentos*, em síntese com dotações previstas para construções em geral, e despesas administrativas relativas a investimentos, tem orçamento autorizado de R\$ 229,0 milhões.

E, foi liquidado até 03 de maio, módicos R\$ 1,0 milhão, ou 0,44%.

Apresentando, portanto, um enorme saldo de 33,54%, equivalentes a R\$ 76,8 milhões.

<i>GND (SEM Despesas de Pessoal)</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
Outras Despesas Correntes	1.812.217.270	508.329.063	28,05%	33,97%	5,92%	107.328.311
Investimentos	229.084.395	1.002.436	0,44%	33,97%	33,54%	76.823.495
Inversões Financeiras	13.100.000	-	0,00%	33,97%	33,97%	4.450.411
Reserva de Contingência Financeira	45.036.374	-	0,00%	33,97%	33,97%	15.300.028
TOTAL	2.099.438.039	509.331.499	24,26%	33,97%	9,71%	203.902.246

As *Inversões Financeiras*, ou genericamente as despesas com aquisições de imóveis, tem orçamento autorizado para o ano de R\$ 13,1 milhões, não tendo sido liquidado nenhum montante.

Assim, tem um saldo de 33,97% ou R\$ 4,45 milhões.

Como colocado anteriormente, este ano foi inserido no orçamento do Poder Judiciário Federal, a *Reserva de Contingência Financeira*, que

dotação autorizada de R\$ 45,0 milhões, não tendo sido liquidado nenhum valor, assim como nas *Inversões Financeiras*.

Apresentado um saldo de R\$ 15,3 milhões.

No total nas despesas da JF, sem as relativas à pessoal e encargos sociais, há um orçamento para o ano de R\$ 2,099 bilhões, e foram liquidados R\$ 509,3 milhões, 24,26%, com saldo de 9,71%, ou de R\$ 203,9 milhões.

Quanto aos benefícios sociais, há saldo de 17,90% nos *Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade*, que corresponde a R\$ 617 mil.

Na *Assistência Médica* o saldo é de R\$ 2,9 milhões.

A *Assistência Pré-Escolar* apresenta saldo, de R\$ 9,9 mil.

E o *Auxílio Transporte*, déficit de R\$ 323 mil.

O *Auxílio Alimentação* apresenta um saldo de 2,89%, ou de R\$ 9,0 milhões.

<i>Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.</i>	<i>Autorizado</i>	<i>Liquidado</i>	<i>% Liquidado</i>	<i>% Ideal</i>	<i>Diferença %</i>	<i>Diferença R\$</i>
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	3.447.924	554.080	16,07%	33,97%	17,90%	617.270
Assistência Médica e Odontológica	200.593.960	65.148.041	32,48%	33,97%	1,50%	2.998.948
Assistência Pré-Escolar	46.291.872	15.716.653	33,95%	33,97%	0,02%	9.901
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	8.657.748	3.264.771	37,71%	33,97%	-3,74%	- 323.509
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	314.237.052	97.666.928	31,08%	33,97%	2,89%	9.087.577
TOTAL	573.228.556	182.350.473	31,81%	33,97%	2,16%	12.390.187

De conjunto, para os cinco benefícios, há um saldo de 2,16% ou de R\$ 12,3 milhões.

Assim, como no TRF, a JF também transferiu (remanejou) do Projeto/Atividade *Julgamento de Causas na JF*, os R\$ 99,7 milhões que foram creditados para a *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos*, ou Auxílio Moradia.

<i>Proj/Atividade</i>	<i>Dot. Inicial</i>	<i>Cred/Reman.</i>	<i>Autorizado</i>
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	315.198	99.752.502	100.067.700
Julgamento de Causas na Justiça Federal	1.138.881.921	- 99.902.502	1.038.979.419
TOTAL	1.139.197.119	- 150.000	1.139.047.119

São Paulo, 23 de Maio de 2016.

Washington Luiz Moura Lima

Assessor Econômico